



ULSCB, EPE

Reunião da CA em 13/5/2024

Apr 20 7

Autore

En

Von Exzellenz
Dra M...



Vogal Executivo - Dr. Júlio Ramos

Vocal Executive

Vogal Executiva
Dia. Tânia Pedro

Vogal Executif Enf. Director

Carlos Almeida - MSc, PhD

Relatório de Execução Orçamental

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023

NOTA PRÉVIA

- O presente relatório de execução orçamental, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, visa dar cumprimento ao previsto na alínea b) do n.º 4 do art.º 67.º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- A aplicação SICC apresenta neste período mapas de controlo da execução orçamental ainda com algumas incorreções, permitindo, no entanto, que sirvam de base ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO, após alguns ajustamentos necessários, prevalecendo, em caso de dúvida, os elementos que constam do balancete.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base a Adenda ao Acordo-Modificativo ao Contrato-programa para 2023 assinada em 04/08/2023.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução da execução do Contrato-programa da sua área, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
II – Execução Económica face ao Contrato-programa e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2022	12
A – Gastos e Perdas	12
B – Rendimentos e Ganhos	18
III – Recursos Humanos	19
IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
Anexo I – Gastos e Perdas	25
Anexo II – Variação Gastos e Perdas	26
Anexo III – Rendimentos e Ganhos	27
Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos	27

INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, tanto na vertente orçamental, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência a Adenda ao Acordo Modificativo ao Contrato-programa para 2023.

Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2022 e nomeadamente a evolução dos gastos operacionais (n.º 8 do art.º 133.º do DL 10/2023, de 8 de fevereiro - DLEO), bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

O ano de 2022 ficou marcado pelo regime duodecimal até à entrada em vigor do orçamento para 2022, com um nível de financiamento mensal insuficiente e um crescente aumento da dívida, sendo reforçado após a aprovação do orçamento, no montante de 4,4 M€, o que permitiu uma redução temporária da mesma. Contudo, os aumentos decorrentes da energia, dos combustíveis e de muitos outros bens e serviços absorveram parte deste acréscimo e no final do ano, para aliviar esta situação, que já era insustentável, foi autorizada, através do Despacho Finanças e Saúde de 22 de dezembro de 2022, a entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados nas entidades públicas empresariais pertencentes ao SNS, tendo a ULSCB recebido o montante de 18.292.237 euros para a liquidação de pagamentos em atraso a fornecedores externos, o que possibilitou que a dívida a essas empresas externas baixasse a 31/12/2022 para os 13,7 M€ (valor provisório em 10/01/2023, aumentando mais tarde para os 15,7 M€ por ter sido rececionada faturação adicional em falta), quando em novembro já se situava nos 30 M€. Ao nível do PMP, o ano de 2022 superou ainda assim o do ano anterior, fixando-se após o registo de toda a faturação nos 214 dias (contra os 208 dias de 2021).

Para o ano de 2023, considerando o reforço substancial da dotação orçamental (+7,3 M€), perspectivávamos alguma reaproximação entre o nível dos gastos e dos rendimentos, embora cientes da necessidade de conseguirmos estancar ou reduzir alguns gastos, já que do lado dos rendimentos não temos outras fontes de financiamento significativas para além do duodécimo e de algumas verbas de projetos cofinanciados, com o peso da receita própria, proveniente essencialmente das taxas moderadoras, a ser cada vez mais diminuto, atendendo às isenções e dispensas de pagamento em vigor. Contudo a execução veio revelar a necessidade de financiamento adicional para permitir estabilizar a dívida em montantes e prazos mais aceitáveis para os fornecedores, atendendo às pressões ao nível das instituições financeiras, nomeadamente.

Assim, foram atribuídos no final do ano 4,5 M€ para regularização de dívidas a fornecedores externos que tivessem recorrido a factoring (Despacho de S.E. o Senhor Ministro das Finanças e S.E. o Senhor Ministro

da Saúde de 22 de dezembro de 2023) e 6,1 M€ para regularização de pagamentos em atraso (Despacho de S.E. o Senhor Ministro das Finanças e S.E. o Senhor Ministro da Saúde de 29 de dezembro de 2023).

Passando à análise aos resultados alcançados, verificamos que o resultado líquido ascendeu a 10,4 M€ negativos, melhorando face ao período homólogo (foi de -13,6 M€), situando-se o EBITDA nos 7,4 M€ negativos (-11,3 M€ em 2022).

Em termos orçamentais/financeiros, a cobrança foi superior à registada no período homólogo, com um acréscimo de 11,91% (+12,1 M€), e a despesa paga também cresceu 11,46% (+11,7 M€), decorrendo do facto da dotação orçamental ter sido reforçada atendendo à sua desadequação, que se manteve, face às reais necessidades.

Do ponto de vista da execução económica, globalmente os gastos superaram a dotação final em 6,92%, correspondendo a encargos superiores em 6,8 M€, e ao nível dos rendimentos a execução ficou 0,15% (-139 mil€) abaixo da dotação prevista para o período.

Feitas estas considerações, passaremos à análise da execução orçamental e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

I – Execução Orçamental

Como ponto prévio devemos mencionar que, embora esta ULS tenha submetido em 24/05/2023, nos serviços online da DGO, os pedidos de transição de saldos (receitas de impostos e receitas próprias ou de fundos europeus) existentes em 31/12/2022, no montante total de 109.992,67 euros, até à presente data não foi autorizada a sua utilização em pagamento de despesa (apenas o seu registo em receita).

Ao nível das alterações orçamentais, apesar de termos questionado a ACSS (e-mail datado de 29/03/2024) sobre a relevância de entregar um pedido de alteração orçamental, antes do fecho de contas, tendo em vista sanar os desequilíbrios existentes nas rubricas excluídas da gestão flexível, conforme decorre dos art.º 8.º e 9.º do DL n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO 2023), não obtivemos qualquer resposta. Contudo, a prática dos anos anteriores tem demonstrado que estes pedidos não são habitualmente autorizados, mesmo quando solicitados com a devida antecedência, obrigando a que se mantenham os desequilíbrios ao nível da execução reportada entre dotações e pagamentos, embora em termos totais não sejam ultrapassadas as dotações disponíveis.

Desta situação resultou o não cumprimento integral das instruções da DGO, cujos requisitos eram os seguintes:

- a) Quer o orçamento final, quer a execução, apresentarem-se equilibrados ao nível das fontes de financiamento (cumprido);
- b) Os pagamentos não superarem as dotações (cumprido parcialmente devido ao constrangimento indicado);
- c) Registadas todas as alterações orçamentais devidas, incluindo os créditos especiais (cumprido parcialmente devido ao constrangimento indicado);
- d) Os saldos de gerência anterior, que transitaram para o exercício de 2023, estarem registados na receita – capítulo 16 – nas devidas fontes de financiamento de saldos transitados (cumprido);
- e) A entrada de capital para cobertura de prejuízos, bem como a despesa paga neste âmbito, estar registada conforme as orientações emitidas (cumprido).

Portanto as únicas exceções ao cumprimento dos requisitos da DGO, à semelhança do ocorrido em todas as execuções desde 2019, por não termos obtido autorização para o efeito, resultam da imposição decorrente do art.º 8.º do DLEO 2023 que não possibilitou a redução das dotações, no âmbito da gestão flexível, das RCE 02.01.09 e 03.06.01 para reforço da RCE 02.02.22, conforme se indica:

- Fonte Financiamento (FF) 511, RCE 02.02.22.B0.00: +1.958.466 euros;

Para ultrapassar esta situação, teríamos de ter obtido autorização para reduzir as seguintes RCE:

- FF 511, RCE 02.01.09.A0.00: -1.936.542 euros;

- FF 511, RCE 03.06.01: -21.924 euros.

Como estas verbas são apresentadas por agrupamento e FF no quadro das despesas infra, estes desequilíbrios podem não ser perceptíveis.

Passando agora à análise à execução ocorrida nas receitas (quadro infra), a dotação final cresceu 16,9 M€ (+17,4%), com as receitas correntes a registarem um acréscimo de 6,1 M€ (+6,43%), enquanto as receitas de capital aumentaram 10,8 M€ (+521,14%).

Assim, ao nível das receitas correntes, a fonte de financiamento (FF) 511 superou a dotação inicial em 4,6% (+4,3 M€), representando esta fonte 96,23% das receitas correntes obtidas, o que evidencia a forte dependência do financiamento proveniente do Contrato-programa (Orçamento de Estado) para que a ULSCB possa desenvolver a sua atividade com normalidade, não sendo maior o peso desta FF pelo facto da FF 413 ter tido uma execução elevada (2,1 M€), representando 2,12% do total das receitas correntes. Comparando com o período homólogo, a FF 511 (financiamento do Contrato-programa) teve um incremento de 19,92% (+16,2 M€), sendo que 4,3 M€ foram atribuídos no âmbito do Despacho n.º 1025/2023/SEO para reforço das despesas com pessoal.

A FF 513, relativa a receita própria, também apresentou uma execução muito superior à prevista (+165,36% / +972 mil€), essencialmente por não se ter concretizado a quebra que esperávamos em relação às taxas moderadoras e ao facto de incluir a integração da aplicação CEDIC do ano de 2022 (400 mil€). Comparando com o ano de 2022, o montante recebido cresceu em 68,35% (+633 mil€).

Quanto à FF 541 que respeita aos recebimentos provenientes do INEM, no âmbito do protocolo da VMER existente, também aqui houve uma melhoria face a 2022 (+19,02% / +18 mil€) e um aumento de 7,64% (+8 mil€) em comparação com a dotação inicial.

Ao nível das FF referentes a projetos cofinanciados, apenas a FF 413 apresenta execução, crescendo 404,46% (+1,7 M€) face ao ano anterior, bem como em relação à dotação inicialmente prevista para este ano (+99,73% / +1,1 M€), correspondendo esta execução essencialmente aos projetos de Remodelação e ampliação do HAL (1,4 M€) e SATDAP – Capacitação da Administração Pública (659 mil€ para implementação de um Centro de Excelência para Coordenação e Promoção de Investigação Clínica das Beiras, em parceria com o Centro Hospitalar Universitário Cova da Beira).

Controlo da Execução Orçamental - Ano 2023

Período: janeiro a dezembro 2023

U.M.: euro

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	LIQUIDAÇÕES DO PERÍODO (3)	TAXA EXECUÇÃO relativa (3/2)	COBRADO do exercício (4)	COBRADO de exercícios anteriores (5)	TOTAL COBRADO (6)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (6/2)
RECEITAS												
Receitas Correntes			95.001.050	101.110.129	6,43%	6.109.079	101.147.895	100,04%	100.608.648	501.481	101.110.129	100,00%
04	Taxas, multas e outras penalidades	513	193.145	437.871	126,71%	244.726	415.322	94,85%	429.629	8.242	437.871	100,00%
06	Transferências correntes	413	0	2.144.325		2.144.325	2.144.325	100,00%	2.144.325	0	2.144.325	100,00%
06	Transferências correntes	513	0	7.878		7.878	7.878	100,00%	7.878	0	7.878	100,00%
06	Transferências correntes	541	101.861	109.641	7,64%	7.780	109.641	100,00%	109.641	0	109.641	100,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	361	189.444	0	-100,00%	-189.444	0		0	0	0	0,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	362	33.745	0	-100,00%	-33.745	0		0	0	0	0,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	413	1.073.631	0	-100,00%	-1.073.631	0		0	0	0	0,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	511	930.148,07	97.297,036	4,60%	4.282,229	97.297,036	100,00%	97.297,036	0	97.297,036	100,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	513	359.028	672.876	87,42%	313.848	729.193	108,37%	179.848	493.028	672.876	100,00%
08	Outras receitas correntes	513	35.389	440.502	1144,74%	405.113	444.500	100,91%	440.291	211	440.502	100,00%
Receitas de Capital			2.069.560	12.854.955	521,14%	10.785.395	12.855.367	100,00%	12.854.340	615	12.854.955	100,00%
10	Transferências de capital	483	1.428.404	857.336	-39,98%	-571.068	857.748	100,05%	856.721	615	857.336	100,00%
10	Transferências de capital	511	0	737.698		737.698	737.698	100,00%	737.698	0	737.698	100,00%
10	Transferências de capital	513	0	228.244		228.244	228.244	100,00%	228.244	0	228.244	100,00%
12	Passivos Financeiros	432	641.156	344.880	-46,21%	-296.276	344.880	100,00%	344.880	0	344.880	100,00%
12	Passivos Financeiros	721	0	10.576.775		10.576.775	10.576.775	100,00%	10.576.775	0	10.576.775	100,00%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	513	0	29		29	29	100,00%	29	0	29	100,00%
16	Saldo da Gerência Anterior	368	0	8.447		8.447	8.447	100,00%	8.447	0	8.447	100,00%
16	Saldo da Gerência Anterior	488	0	74.942		74.942	74.942	100,00%	74.942	0	74.942	100,00%
16	Saldo da Gerência Anterior	521	0	7.007		7.007	7.007	100,00%	7.007	0	7.007	100,00%
16	Saldo da Gerência Anterior	522	0	19.436		19.436	19.436	100,00%	19.436	0	19.436	100,00%
16	Saldo da Gerência Anterior	724	0	161		161	161	100,00%	161	0	161	100,00%
Total Receitas			97.070.610	113.965.084	17,40%	16.894.474	114.003.262	100,03%	113.462.988	502.096	113.965.084	100,00%
17	Operações Extraorçamentais	483	0	412		412	412	100,00%	412	0	412	100,00%

Quanto às receitas de capital, o principal destaque vai para a FF 721 onde foram registadas as verbas de entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados (10,6 M€), conforme anteriormente mencionado, ou seja 4,5 M€ para regularização de dívidas a fornecedores externos que tivessem recorrido a factoring

(Despacho de S.E. o Senhor Ministro das Finanças e S.E. o Senhor Ministro da Saúde de 22 de dezembro de 2023) e 6,1 M€ para regularização de pagamentos em atraso (Despacho de S.E. o Senhor Ministro das Finanças e S.E. o Senhor Ministro da Saúde de 29 de dezembro de 2023). Se confrontado com o ano anterior, o montante recebido diminuiu 42,18% (-7,7 M€). Contudo, esta redução foi compensada pelo substancial reforço da dotação para receitas correntes (FF 511), tal como já aqui mencionado, para além de 738 mil€ no âmbito do Programa de Incentivo Financeiro à Qualificação dos Blocos de Parto.

Adicionalmente, recebemos 345 mil€ do projeto POSEUR inscritos na FF 432 relativos à medida 7 para substituição da caixilharia.

Na FF 513, a verba inscrita corresponde a donativos recebidos (228 mil€) de autarquias locais (Câmara Municipal de Castelo Branco – 227.994 euros e Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão – 250 euros).

No que respeita à FF 483, que reflete a execução dos projetos já aprovados ao nível do PRR, a maioria dos montantes recebidos correspondem a 25% da comparticipação prevista, à exceção do projeto para a requalificação do serviço de saúde mental cujo adiantamento ascende a 35% da candidatura. De assinalar o facto do saldo desta FF, no montante de 412 euros, ter sido transferido para Operações Extraorçamentais, conforme as instruções recebidas da DGO (princípio da neutralidade de fundos europeus).

Quanto às restantes FF registadas no capítulo 16, correspondem aos saldos transitados da gerência anterior, num total de 109.993 euros. Desse montante, 102.825 euros são provenientes de verbas de projetos europeus e 7.168 euros referem-se a receitas de impostos, faltando ainda a autorização das Finanças para a sua aplicação em pagamentos.

Ao nível das despesas (quadro seguinte), a execução originou um acréscimo de 16,3 M€ na dotação total (+16,81%), com as despesas correntes a crescerem 16,1 M€ (+17,19%) e as despesas de capital a registarem um aumento de 257 mil€ (+7,07%).

De referir que os compromissos finais não contemplam a totalidade da despesa comprometida e que não foi paga até 31/12/2023, o que dará lugar ao registo de novos cabimentos e compromissos no próximo exercício, num total de 21 M€ (2,7 M€ de encargos com pessoal cujo prazo de pagamento é em janeiro de 2024; 17,7 M€ de faturação de fornecimentos e serviços externos; e 517 mil€ de bens de capital).

Código	Designação	P.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	COMPROM. ASSUMIDOS (3)	TAXA EXECUÇÃO relativa (3/2)	PAGO do exercício (4)	PAGO de exercícios anteriores (5)	TOTAL PAGO (6)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (6/2)
DESPESAS												
	<i>Despesas Correntes</i>		93.433.039	109.489.847	17,19%	16.056.808	109.489.847	100,00%	89.407.868	20.081.979	109.489.847	100,00%
01	Despesas com pessoal	511	52.808.878	56.490.531	6,97%	3.681.653	56.490.531	100,00%	54.033.403	2.457.128	56.490.531	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	361	92.136	0	-100,00%	-92.136	0		0	0	0	0,00%
02	Aquisições de bens e serviços	413	522.104	706.670	35,35%	184.566	706.670	100,00%	706.670		706.670	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	483	0	439		439	439	100,00%	439		439	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	511	39.603.903	40.973.029	3,46%	1.369.126	40.994.953	100,05%	23.377.151	17.617.802	40.994.953	100,05%
02	Aquisições de bens e serviços	513	0	137.796		137.796	137.796	100,00%	137.796	0	137.796	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	541	101.861	109.641	7,64%	7.780	109.641	100,00%	109.641	0	109.641	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	721	0	10.576.775		10.576.775	10.576.775	100,00%	10.576.775	0	10.576.775	100,00%
03	Juros e outros encargos	511	97.908	97.908	0,00%	0	75.984	77,61%	69.861	6.123	75.984	77,61%
06	Outras despesas correntes	511	206.249	0	-100,00%	-206.249	0		0	0	0	0,00%
06	Outras despesas correntes	513	0	397.058		397.058	397.058	100,00%	396.132	926	397.058	100,00%
	<i>Despesas de Capital</i>		3.637.571	3.894.704	7,07%	257.133	3.894.704	100,00%	2.836.288	1.058.416	3.894.704	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	361	97.308	0	-100,00%	-97.308	0		0	0	0	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	362	33.745	0	-100,00%	-33.745	0		0	0	0	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	413	551.527	1.437.655	160,67%	886.128	1.437.655	100,00%	1.020.584	417.071	1.437.655	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	432	641.156	344.880	-46,21%	-296.276	344.880	100,00%	201.242	143.638	344.880	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	483	1.428.404	769.202	-46,15%	-659.202	769.202	100,00%	669.983	99.219	769.202	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	511	297.869	50.961	-82,89%	-246.908	50.961	100,00%	50.166	795	50.961	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	513	587.562	782.006	33,09%	194.444	782.006	100,00%	384.313	397.693	782.006	100,00%
09	Ativos financeiros	483	0	87.695		87.695	87.695	100,00%	87.695	0	87.695	100,00%
09	Ativos financeiros	511	0	422.305		422.305	422.305	100,00%	422.305	0	422.305	100,00%
	Total Despesas		97.070.610	113.384.551	16,81%	16.313.941	113.384.551	100,00%	92.244.156	21.140.395	113.384.551	100,00%

Analisando agora as principais rubricas de despesas correntes, o agrupamento 01 (despesas com pessoal) evidencia um reforço global de 3,7 M€ (+6,97%) na sua dotação, face ao estimado inicialmente. Em comparação com o ano anterior, os gastos com pessoal tiveram um incremento de 8,05% (+4,2 M€).

Face ao previsto no contrato-programa, o desvio global foi de 1,91% (+1 M€), com maior incidência nos abonos variáveis e eventuais (+17,87% / +1,6 M€) onde o SIGIC apresenta um aumento de 84,71% face ao ano anterior (+1,1 M€) e o subsídio de refeição de 21,91% (+325 mil€), justificando dessa forma o desvio de 21,7% (+323 mil€) face ao orçamento. Em comparação com o período homólogo, o desvio global foi de 4,77% (+2,5 M€), com os abonos variáveis e eventuais a crescerem 12,04% (+1,1 M€), essencialmente devido ao SIGIC como já mencionado, mas temos ainda acréscimos nas remunerações certas e permanentes (+3,02% / +992 mil€), assim como nos encargos sobre remunerações 3,9% (+382 mil€). Estes aumentos decorrem da atualização salarial já prevista bem como da atualização extraordinária ocorrida, mas também devido às progressões decorrentes do SIADAP e da contagem de pontos da carreira de enfermagem.

Ao nível do agrupamento 02 (aquisições de bens e serviços), foi necessário proceder ao seu reforço no montante de 12,2 M€ (+30,22%), essencialmente devido ao recebimento da verba registada na FF 721 (10,6 M€) para cobertura de prejuízos e que foi aplicada em grande parte nestas rubricas no pagamento

de dívidas em atraso transitadas do exercício anterior. Ainda assim, ficaram por pagar neste agrupamento 17,7 M€, devido ao elevado volume de encargos que tinham transitado por pagar de anos anteriores (cerca de 24,3 M€), com o total da despesa paga a superar a do ano anterior em 12,61% (+5,9 M€).

Quanto ao agrupamento 03, não foi possível fazer o ajustamento que seria necessário (-21.924 euros) face ao montante pago, conforme mencionado na nota introdutória desta análise à execução orçamental, correspondendo estes gastos essencialmente a encargos suportados com a emissão e cobrança de avisos de pagamento de taxas moderadoras em dívida (encargo de cerca 50 mil€ pago aos SPMS), bem como juros pagos ao Instituto da Segurança Social (25 mil€) de contribuições enviadas depois do prazo legal por respeitarem a correções a períodos anteriores.

Por fim, no agrupamento 06, a dotação foi reforçada em 191 mil€ (+92,51%), correspondendo a +149,28% (+238 mil€) face a 2022, destinando-se estas verbas ao pagamento de encargos de impostos pagos à Autoridade Tributária (241 mil€), para o licenciamento da atividade da ULSCB junto da Entidade Reguladora da Saúde (12 mil€) e com contribuições de entidade contratante relativamente a prestadores cuja faturação à ULSCB superou os 50% do valor total da sua atividade como trabalhador independente pagos ao Instituto da Segurança Social (23 mil€). Tivemos ainda de suportar encargos com uma coima de 19 mil euros paga ao IGAMAOT devido a uma contraordenação ambiental, bem como 11 mil euros de uma indemnização a um ex. funcionário.

No que respeita às despesas de capital, e excluindo os ativos financeiros que correspondem exclusivamente à aplicação temporária em CEDIC de verbas do PRR, saldos de gerência e projeto do Bloco de partos, as dotações finais diminuem globalmente 6,95% (-253 mil€).

As principais diminuições ocorreram nas FF 483 (PRR / -659 mil€), 432 (POSEUR / -296 mil€), 511 (-247 mil€), e FF 361 e 362 na totalidade, em virtude dos valores pagos destes projetos terem sido suportados pela FF 513.

Em relação aos reforços, foi necessário alocar verbas adicionais às FF 413 (projetos de remodelação e ampliação do HAL e SATDAP / +886 mil€) e 513 (+194 mil€).

A despesa com ativos financeiros corresponde aos 510 mil€ aplicados em CEDIC por forma a não transitarem em saldo, conforme instruções recebidas.

Globalmente, as despesas de capital passaram de um peso de 3,75%, no total do orçamento ordinário, para os 3% no orçamento corrigido final, não considerando os ativos financeiros como já mencionado anteriormente. Mesmo se excluíssemos a verba recebida para a cobertura de prejuízos (para além dos ativos financeiros), a componente de gastos de investimento não iria além dos 3,3%. Em comparação com o período homólogo, esta despesa sem os ativos financeiros cresceu 53,79% (+1,2 M€), com o peso deste encargos a passar dos 2,17% registados em 2022 para os 3% acima indicados em 2023.

Portanto, resumidamente, verifica-se que as dotações finais se revelaram uma vez mais insuficientes para dar cobertura à totalidade dos compromissos assumidos como anteriormente mencionado (ficaram 18,3 M€, excluindo encargos com pessoal, por pagar), apesar do elevado montante recebido para pagamento de dívidas e ao reforço do orçamento inicial face ao ano anterior, em virtude do elevado volume de dívida transitada ainda por pagar do ano anterior (cerca de 25,2 M€ se excluirmos os encargos com pessoal, sendo que 5,6 M€ respeitam a faturação da ARS do Centro que já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado cumprimento ao aludido despacho). Sabemos, contudo, que o orçamento do ano de 2024 será reforçado, pelo que a expectativa é que a situação melhore ao longo do próximo exercício, desde que exista contenção do lado da despesa.

Em termos homólogos, o quadro infra apresenta um resumo da execução que cresceu consideravelmente no exercício de 2023, o que aliás já tinha ocorrido no período anterior, com as receitas a apresentarem um crescimento de 12,09% (+12,3 M€) nas liquidações, enquanto que na cobrança (próprio ano e anos anteriores) o aumento foi ligeiramente inferior, chegando aos 11,91% (+12,1 M€), contribuindo essencialmente para esta variação o facto de termos recebido mais 16,2 M€ do Contrato-programa, o que compensou a redução ao nível da cobertura de prejuízos (-7,7 M€ face ao ano anterior), para além do incremento na FF 413 (+1,7 M€) e até na FF 513 (+600 mil€).

Quanto às despesas, os compromissos assumidos em 2023 recuam 12,47% (-16,1 M€), pelos motivos já expostos, mas se fossem considerados todos os que não deram origem a pagamentos (21 M€), teríamos um aumento de 4,9 M€.

No que respeita a pagamentos temos um acréscimo de 11,46% (+11,7 M€) que decorre essencialmente das verbas adicionais recebidas para cobertura de prejuízos e do aumento do financiamento através do Contrato-programa.

Descrição	2022	2023	variação	%
Receitas				
- Liquidações	101.708.052	114.003.262	12.295.210	12,09%
- Cobrança	101.835.185	113.965.084	12.129.899	11,91%
Despesas				
- Compromissos	129.481.433	113.384.551	-16.096.882	-12,43%
- Pagamentos	101.725.193	113.384.551	11.659.358	11,46%

II – Execução Económica face ao Contrato-programa e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2022

A – Gastos e Perdas

No que respeita a gastos, a execução superou a dotação prevista em 6,92%, correspondendo a encargos superiores em 6,8 M€ (Anexo I).

Os desvios positivos mais significativos em termos absolutos incidiram nos fornecimentos e serviços externos (+15,5% / +4,3 M€) e nos gastos com pessoal (+1,91% / +1 M€).

De facto o principal incremento face ao orçamentado situou-se nos fornecimentos e serviços externos que superaram em 15,5% a dotação prevista, com acréscimos nas rubricas com maior peso, à exceção da energia e fluídos cujo impacto foi inferior ao previsto inicialmente, reduzindo dessa forma a pressão que se fez sentir no ano anterior principalmente, já que este ano os preços diminuíram, embora tenhamos aumentado o consumo em virtude de termos novas instalações no Ambulatório e do Serviço de Saúde Mental ter sido ampliado.

Ao nível dos subcontratos, os meios complementares de terapêutica (MCT) e de diagnóstico (MCD) apresentaram desvios ainda significativos (+9,68% / +531 mil€; e +8,86% / +461 mil€, respetivamente), superiores aos verificados em termos homólogos (Anexo II), por não termos conseguido obter a redução que era esperada, nomeadamente por via da redução das prescrições e da internalização.

Nos MCD os principais incrementos, em termos absolutos, incidiram na patologia clínica (+182 mil€), na medicina nuclear (+144 mil€) e na gastroenterologia (+71 mil€). Por outro lado, temos uma redução de 188 mil€ em outros exames de imagiologia. Quanto aos MCT, os aumentos mais significativos em termos homólogos registaram-se na ventiloterapia (+335 mil€) e na medicina física e de reabilitação (+121 mil€), e com a hemodiálise a recuar 482 mil€.

Ainda em relação a subcontratos, o desvio de -36,99% (-187 mil€) nos internamentos em termos homólogos justifica-se pela diminuição da faturação dos doentes crónicos internados em casas de saúde mental (-80 mil€), bem como do SIGIC (-64 mil€). Em relação ao previsto no Orçamento, o desvio foi ainda superior, chegando aos -431 mil€ (-57,53%).

Nos restantes fornecimentos e serviços externos, de destacar os serviços especializados que apresentam um desvio positivo de 32,56% (+3,2 M€), não se tendo conseguido qualquer tipo de poupança nestas rubricas em virtude das necessidades originadas pela falta de pessoal médico. Este desvio acompanhou a evolução que se verificou em termos homólogos (+33,10% / +3,2 M€), registando-se um aumento de 53% (+2,1 M€) em serviços técnicos de recursos humanos e de 47,4% (+409 mil€) em honorários, mantendo-se a necessidade de contratar serviços externos devido à falta de médicos no quadro de pessoal

nas áreas de urgência e consulta externa, e nas especialidades de cirurgia geral, medicina interna, anestesiologia, ginecologia/obstetrícia, ortopedia e medicina geral e familiar, entre outras.

Verificou-se ainda um acréscimo de 194,22% (+572 mil€) nos gastos com projetos e serviços de informática, por incluir projetos inseridos no âmbito de candidaturas cofinanciadas, de 14,32% (+158 mil€) nos serviços de alimentação devido ao aumentos dos preços contratados, e de 25,67% (+169 mil€) ao nível da vigilância e segurança decorrente do aumento dos serviços contratados e da atualização de preços.

Nas demais rubricas, de destacar as deslocações, estadas e transportes que apresentam um desvio de 26,34% (+759 mil€), bastante acima da execução real em relação ao ano anterior (+8,54% / +286 mil€) já que, contrariamente ao esperado no PAO, os gastos aumentaram consideravelmente (revisão de preços; falta de disponibilidade de transportes na zona de Castelo Branco, obrigando a recorrer a corporações/empresas mais distantes). Por tipo de entidade transportadora, os bombeiros são os que apresentam o maior aumento (+16,79% / +281 mil€), com as ambulâncias de transporte não urgente a registarem também um aumento (+7,79% / +48 mil€), embora tanto num caso como no outro estes aumentos sejam menores do que os verificados em 2022 face a 2021 (+366 mil euros e +89 mil€, respetivamente).

Por fim, nos gastos com energia e fluídos, a execução face ao orçamento apresentou um desvio de -10,43% (-235 mil€), e em comparação com o ano anterior a variação foi muito similar (-9,51% / -212 mil€).

Ao nível dos gastos com pessoal, o desvio global foi de 1,91% (+1 M€), com maior incidência nos abonos variáveis e eventuais (+17,87% / +1,6 M€) onde o SIGIC apresenta um aumento de 84,71% face ao ano anterior (+1,1 M€) e o subsídio de refeição de 21,91% (+325 mil€), justificando dessa forma o desvio de 21,7% (+323 mil€) face ao orçamento. Em comparação com o período homólogo, o desvio global foi de 4,77% (+2,5 M€), com os abonos variáveis e eventuais a crescerem 12,04% (+1,1 M€), essencialmente devido ao SIGIC como já mencionado, mas temos ainda acréscimos nas remunerações certas e permanentes (+3,02% / +992 mil€), assim como nos encargos sobre remunerações 3,9% (+382 mil€). Estes aumentos decorrem da atualização salarial já prevista bem como da atualização extraordinária ocorrida, mas também devido às progressões decorrentes do SIADAP e da contagem de pontos da carreira de enfermagem.

Analisando agora o Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC), registou-se um desvio negativo de 5,08% (-674 mil€) face ao estimado por termos considerado aumentos decorrentes do incremento que era esperado no tratamento de patologias médicas caras de doentes seguidos nos grandes centros e que passaram a ser seguidos na ULSCB, bem com os relacionados com o despacho 48/2016 que determinou que os medicamentos destinados ao tratamento de doentes com artrite

reumatoide, espondilite anquilosante, artrite psoriática, artrite idiopática juvenil poliarticular e psoríase em placas beneficiem de um regime excecional de comparticipação com utilização de medicamentos biológicos de grande impacto económico, não só prescritos dentro da instituição, mas também em clínicas e hospitais privados.

Assim, analisando as principais rubricas, os medicamentos apresentam um desvio de -14,76% (-1,2 M€) mas, em contrapartida, o consumo clínico diverge 19,75% positivos (+632 mil€).

Em termos homólogos, a variação global foi de 7,48% (+877 mil€), incidindo essencialmente no consumo clínico e nos medicamentos, conforme detalharemos de seguida.

Por fim, no que respeita aos restantes encargos, os desvios mais relevantes ocorreram em gastos de depreciação e de amortização (+38,99% / +793 mil€), em outros gastos e perdas (+133,83% / +693 mil€), nas provisões do período (+681,45% / +341 mil€) e nas perdas por imparidade (+245,68% / +246 mil€).

Em termos homólogos, as amortizações também cresceram 32,79% (+698 mil€), com especial destaque para as que estão relacionadas com hardware (equipamento informático e de telecomunicações) que aumentaram 191 mil€, imagiologia (+95 mil€) e equipamento médico cirúrgico (+51 mil€). As provisões, que em 2022 não apresentaram gastos, ascendem neste exercício aos 391 mil€. E em outros gastos e perdas, o incremento chega aos 77,55% (+529 mil€).

Assim, face à evolução ocorrida e acima mencionada, os gastos operacionais relevantes para o cálculo do EBITDA foram de 102.356.053 euros, ou seja mais 5,98 M€ (+6,2%) do que o contratualizado (96.377.003 euros).

Analisando agora a situação em termos homólogos (Anexo II), a evolução registada face ao período anterior evidencia um acréscimo global de 8,95%, situando-se os acréscimos mais significativos nos fornecimentos e serviços externos (+12,38% / +3,6 M€) e nos gastos com pessoal (+4,77% / +2,5 M€).

Alguns dos motivos para estes acréscimos já foram aqui identificados.

Assim, nos Fornecimentos e Serviços Externos, os subcontratos apresentaram um incremento reduzido de 2,07% (+251 mil€) atendendo à inflação e que incidiu essencialmente nos meios complementares de diagnóstico (+3,81% / +208 mil€), onde a patologia clínica (+6,74% / +182 mil€) e a medicina nuclear (+96,13% / +144 mil€) assumem maior relevância, e com a imagiologia (-12,72% / -178 mil€) a decrescer. Nos meios complementares de terapêutica o acréscimo não foi além de 1,82% (+107 mil€), destacando-se desta feita a ventiloterapia que cresceu 31,57% (+335 mil€) e a medicina física de reabilitação (+18,76% / +121 mil€). Com uma diminuição ainda assinalável temos os tratamentos de hemodiálise (-13,29% / -482 mil€), justificando-se esta variação pelo facto de em 2022 se terem registado cerca de 300 mil€ de

acréscimos de custos que foram posteriormente anulados em 2023, tendo as faturas ficado aquém do estimado em cerca de 200 mil€, o que acaba por justificar este diferencial.

Nos restantes fornecimentos e serviços externos, o principal foco de incremento de gastos centrou-se nos serviços técnicos de recursos humanos (+53% / +2,1 M€), mantendo-se a necessidade de contratar serviços externos devido à falta de médicos no quadro de pessoal em diversas áreas (urgência e consulta externa) e especialidades (cirurgia geral, medicina interna, anestesiologia, ginecologia/obstetrícia, ortopedia e medicina geral e familiar, entre outras) como já aqui referimos.

A título indicativo, no ano de 2023 foram pagos a prestadores médicos 5,25 M€, correspondendo a 122.400 horas, contra os 3,38 M€ pagos no ano anterior referentes a 90.923 horas. Em termos acumulados, nos últimos três anos verificou-se um acréscimo de gastos na ordem de 2,6 M€, correspondendo a +40.794 horas.

Ainda nos serviços especializados, os principais destaques vão para os gastos com projetos e serviços de informática (+572 mil€), alimentação (+158 mil€) e vigilância e segurança (+169 mil€), pelos motivos já apresentados anteriormente, para além dos gastos com o IVA que se autoliquida no âmbito os trabalhos de construção civil (+156 mil€) face ao incremento ocorrido devido às obras no serviço de saúde mental e no novo edifício do Ambulatório.

Nas demais rubricas, de destacar as deslocações, estadas e transportes que apresentam um aumento substancial (+8,54% / +286 mil€) devido à revisão de preços e à falta de disponibilidade de transportes na zona de Castelo Branco, obrigando a recorrer a corporações/empresas mais distantes). Por fim, nos gastos com energia e fluídos a execução diminuiu 9,51% (-212 mil€), embora continuemos muito acima dos gastos verificados em 2021 por exemplo (+931 mil€).

Ao nível dos gastos com pessoal, a variação global foi de 4,77% (+2,5 M€), com o principal incremento a incidir nos abonos variáveis e eventuais 12,04% (+1,15 M€), com o SIGIC a aumentar 84,71% (+1,1 M€), mas em contrapartida o trabalho extraordinário diminuiu 4,55% (-254 mil€). O efeito destes aumentos teve logicamente repercussões ao nível dos encargos sobre remunerações (+3,9% / +382 mil€), decorrendo dos motivos já apresentados (atualização salarial, SIADAP e contagem de pontos da carreira de enfermagem).

De assinalar também que, no âmbito da pandemia Covid-19, estimaram-se gastos com pessoal na ordem dos 53 mil euros no período, na medida 095, conforme consta do reporte efetuado junto da DGO, mantendo-se inalterado nos últimos meses, contra os 1,6 M€ reportados em 2022, o que demonstra a sua incidência muito reduzida neste período.

Adicionalmente, de referir que continuamos a ter um peso bastante relevante de prestadores de serviços para darmos cobertura a diversas áreas e serviços, conforme já referido na análise aos fornecimentos e

serviços externos, atendendo à escassez de recursos médicos, à elevada taxa de absentismo por doença e parentalidade, bem como à elevada média de idades.

Nos CMVMC a variação global foi de 7,48% (+877 mil€), destacando-se os aumentos acentuados em material de consumo clínico (+19,74% / +632 mil€) onde sobressaem o consumo de próteses (+126,15% / +574 mil€) e para tratamento (+12,47% / +125 mil€), e em medicamentos (+5,02% / +332 mil€) por estarmos a tratar doentes de patologias caras que eram seguidos anteriormente nos hospitais centrais de referência. Em sentido oposto, os reagentes e outros produtos farmacêuticos baixaram 100 mil€ (-6,27%) em comparação com 2022, devido à quebra relacionada com os testes à Covid-19, conforme foi habitual nos últimos meses.

Em relação aos restantes armazéns, a manutenção e conservação cresceu 24,27% (+23,8 mil€). Em sentido inverso, o material de consumo administrativo diminuiu 10,13% (-11,7 mil€).

Por fim, no que respeita aos restantes encargos, os desvios mais relevantes ocorreram nas amortizações que cresceram 32,79% (+698 mil€), com especial destaque para as que estão relacionadas com hardware (equipamento informático e de telecomunicações) que aumentaram 191 mil€, imagiologia (+95 mil€) e equipamento médico cirúrgico (+51 mil€), mantendo-se a especialização mensal da previsão de amortizações relativamente aos bens adquiridos após janeiro de 2016, num total de 1,3 M€ neste período, por ainda estar pendente de finalização o processo de integração/inventariação.

As provisões, que em 2022 não apresentaram aumentos, ascenderam neste exercício aos 391 mil€.

E em outros gastos e perdas, o incremento chega aos 77,55% (+529 mil€), resultando dos aumentos verificados em dívidas incobráveis (+78 mil€), bem como das perdas em inventários (+489 mil€) que decorrem das notas de crédito recebidas da Indústria Farmacêutica e que não são registadas na aplicação SGICM/GLINTT.

Analisando a evolução dos gastos operacionais, conforme estipulado no n.º 8 do art.º 133.º do DL 10/2023, de 8 de fevereiro - DLEO, verificam-se as seguintes variações no período em análise:

Evolução dos Gastos Operacionais	4T 2023 Exec.	4T 2022 Exec.	Variação 2023/2022	
			Absol.	%
(1) Custo com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	12.600.915 €	11.724.137 €	876.778 €	7,48%
(2) Fornecimentos e Serviços Externos corrigidos dos efeitos da crise geopolítica	32.297.167 €	28.738.597 €	3.558.570 €	12,38%
- Efeito da crise geopolítica (energia, combustíveis, ...)	0 €	0 €	0 €	
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii), iii) e iv)	50.647.935 €	48.762.099 €	1.885.836 €	3,87%
(i) Impacto do cumprimento de obrigações legais / orientações acionista	0 €	0 €		
(ii) Valorizações remuneratórias obrigatórias	4.863.600 €	3.388.945 €	1.474.655 €	43,51%
(iii) Efeito do absentismo ou indemnizações por rescisão contratual (exceto por mútuo acordo)	0	0	0 €	
(iv) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro		833.736 €	-833.736 €	-100,00%
Gastos com Deslocações (FSE)	39.441 €	67.379 €	-27.938 €	-41,46%
Gastos com Ajudas de custo e Alojamento	77.607 €	65.235 €	12.372 €	18,97%
Gastos associados à frota automóvel	221.370 €	262.969 €	-41.599 €	-15,82%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	903.567 €	381.226 €	522.341 €	137,02%
Total Gastos Operacionais (1)+(2)+(3)	95.546.017 €	89.224.833 €	6.321.184 €	7,08%
Volume de Negócios (Vendas e Prestações de Serviços)	93.605.688 €	82.061.805 €	11.543.883 €	14,07%
Rácio Total Gastos Operacionais / Volume de Negócios	102,07%	108,73%		
Número Total de RH (OS + CD + Trabalhadores)	1440	1460	-20	-1,37%
N.º Órgãos Sociais (OS)	8	8	0	0,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1431	1451	-20	-1,38%
N.º Trabalhadores/N.º CD	1428	1451	-23	-1,59%
N.º de viaturas	47	47	0	0,00%

Nota: O valor indicado para 2022 na li) sofreu alteração decorrente do facto do valor indicado anteriormente se referir apenas ao 4º trimestre e não ao acumulado do período, correspondendo o ano de 2023 ao valor a

- Aumento dos gastos com pessoal mesmo retirando o impacto decorrente das valorizações remuneratórias e da aplicação do disposto no art.º 21.º da Lei n.º 42/2016, essencialmente devido aos aumentos salariais e ao impacto do SIGIC;
- Quanto aos encargos com deslocações, ajudas de custo e frota automóvel, apenas as ajudas de custo tiveram um incremento face ao estimado, o mesmo se verificando em comparação com o período homólogo (+12 mil€ / +18,79%). Contudo, este aumento foi compensado por uma redução em deslocações e estadas (-39 mil€ / -49,76%), com os reembolsos a pessoal a recuarem 27 mil€. Quanto à diminuição nos gastos com a frota automóvel, advém do decréscimo ocorrido nos combustíveis (-17,5 mil€), nas amortizações (-12,2 mil€), na conservação e reparação (-10,4 mil€) e em rendas e alugueres (-5,7 mil€).
- No que respeita à contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, o elevado acréscimo resulta de gastos com projetos cofinanciados, nomeadamente do projeto SATDAP (capacitação da administração pública), numa parceria com o Centro Hospitalar Cova de Beira para implementação de um centro de excelência para coordenação e promoção da investigação clínica das beiras. Este investimento, superior a 600 mil€, supera largamente o diferencial registado, pelo que retirando esse efeito os gastos teriam diminuído.

B – Rendimentos e Ganhos

Conforme poderá ser observado no Anexo III, a execução face ao Contrato-programa ficou 0,15% (-139 mil€) abaixo da dotação prevista para o período, principalmente devido à execução nas rubricas relacionadas com o Contrato-programa (incentivos institucionais, valor capitolacional e internos) que ficaram 837 mil€ aquém do esperado. Nas restantes rubricas, destaque para as taxas moderadoras (-71 mil€) que continuam a diminuir de ano para ano, mas em sentido inverso temos a faturação a outras entidades responsáveis e das prestações de saúde de financiamento vertical que superaram o previsto no orçamento (+245 mil€ e +103 mil€, respetivamente), tal como aconteceu com as transferências e subsídios obtidos (+101 mil€), reversões (+147 mil€) e outros rendimentos e ganhos (+173 mil€).

No entanto, em termos homólogos (Anexo IV), a situação melhorou substancialmente no que respeita às prestações do Contrato-programa, com um aumento registado de 14,64% (+11,8 M€) fruto do reforço do financiamento ocorrido.

Com evolução negativa, de assinalar as taxas moderadoras que diminuem 30,66% (-195 mil€) face ao ano anterior. Apesar da tentativa de maximizar a cobrança, quer presencialmente no momento do atendimento, quer através do envio de avisos com alguma regularidade (3 ciclos de recuperação através do SITAM/SPMS), a dispensa de pagamento de taxas a nível hospitalar (sendo apenas cobradas nos episódios de urgência caso não haja referenciação ou internamento) desde junho de 2022, que se seguiu ao já ocorrido ao nível dos cuidados de saúde primários em 2020 e 2021, veio reduzir consideravelmente os rendimentos provenientes desta fonte de financiamento, o que, aliado à eventual menor capacidade de os utentes pagarem as suas dívidas devido à atual crise, comprometeu o nosso objetivo de aumento da cobrança, criando uma necessidade adicional de liquidez que foi de alguma forma compensada através do financiamento do Contrato-programa.

De assinalar ainda os rendimentos adicionais na conta 75 – transferências e subsídios correntes obtidos, provenientes do IEFPP (8 mil€) e do programa POISE (95 mil€) que assim justificam o acréscimo de 98,16% (+105 mil€) face ao ano anterior.

Quanto às reversões, temos também um aumento acentuado (+89,56% / +184 mil€) que resulta da reversão de 129 mil€ de provisões de processos judiciais em curso, bem como da cobrança de faturas em cobrança duvidosa e taxas moderadoras de anos anteriores.

Assim o total dos rendimentos próprios operacionais ascendeu aos 94.931.404 euros (+11,8 M€ face ao ano anterior), isto é, 139 mil€ (-0,15%) abaixo do previsto em sede de Contrato-programa (95.069.924 euros).

Quanto a rendimentos próprios extra Contrato-programa, alcançámos o montante de 2,7 M€, isto é mais 35 mil€ em comparação com o exercício anterior, por não existirem fontes de rendimento novas que permitam melhorar substancialmente este indicador.

Face ao exposto, e atendendo aos resultados obtidos, o EBITDA fixou-se nos 7,4M€ negativos (-11,3M€ em 2022), o que representa um desvio de +461,18% (+6,1 M€) face ao contratualizado (-1,3M€), resultando das justificações anteriormente apresentadas, não tendo sido possível tomar novas medidas de gestão que possibilitassem inverter o rumo verificado, embora tenhamos renegociado alguns contratos e avaliado a necessidade de manutenção e renovação de outros, nomeadamente no âmbito dos serviços prestados e da manutenção e conservação de equipamentos, recorrendo ainda à contratação plurianual como forma de manter ou reduzir gastos, tal como já tínhamos feito no ano anterior.

Assim, os resultados verificados vieram uma vez mais demonstrar a desadequação existente entre rendimentos e gastos, situação que será melhorada no próximo exercício com o aumento do valor do financiamento.

Este aumento do financiamento deverá ser acompanhado de medidas que nos permitam gerar uma efetiva poupança, o que se afigura difícil nas áreas mais problemáticas como são: o recurso a prestadores médicos devido à falta de pessoal médico para manter serviços carenciados em funcionamento; instalações e equipamentos a necessitar de substituição, manutenção e/ou reabilitação; incremento do tratamento de patologias médicas de doentes seguidos até aqui nos grandes centros e que presentemente são encargo da ULSCB; aumento dos gastos com medicamentos destinados ao tratamento de doentes com artrite reumatoide, espondilite anquilosante, artrite psoriática, artrite idiopática juvenil poliarticular e psoríase em placas que beneficiam de um regime excecional de comparticipação com utilização de medicamentos biológicos de grande impacto económico, não só prescritos dentro da instituição, mas também em clínicas e hospitais privados; impossibilidade de obtenção de outros rendimentos operacionais face à dependência do financiamento do Contrato-programa e à redução drástica dos rendimentos provenientes de taxas moderadoras; a crise geopolítica que veio agravar os preços e, consequentemente, aumentar os gastos (pessoal, serviços, ...).

III – Recursos Humanos

A evolução de recursos humanos na ULSCB durante o período em análise e relativamente ao 3º trimestre do ano de 2023, continuou estável.

Continuam a verificar-se alguns constrangimentos fruto da falta de autorização superior para abertura de procedimentos concursais, que apenas se tem verificado para substituição transitória de trabalhadores ausentes por longa duração e para substituição de cessação definitiva de contratos.

Estas limitações na contratação de novos trabalhadores e abertura de procedimentos concursais para admissão de novos trabalhadores, tem implicado um desfasamento entre a realidade manifestada e o mapa de pessoal aprovado, já que embora existindo lugares vagos os mesmos não podem ser totalmente preenchidos de acordo com as necessidades sentidas, a que acresce na área médica a falta de colocação de profissionais médicos e a promoção na carreira de muitos dos existentes.

Complementarmente, a instituição tem vindo a modernizar-se, a reestruturar-se e a crescer, nomeadamente, com a edificação e criação de novas estruturas, restauração de serviços clínicos e de apoio complementares, aumentando a sua capacidade, sem que esta realidade permita aumentar e adequar o número de profissionais à nova realidade estrutural e funcional atual.

Esta realidade obriga a um esforço adicional por parte dos recursos humanos existentes, ficando sujeitos a um maior stress, fruto do acréscimo de trabalho e da necessária mobilidade entre serviços alocados em diferentes edifícios, alguns deles fora das instalações da ULSCB.

É, pois, significativa a carência de recursos humanos para garantir a funcionalidade da estrutura que compõe a ULSCB.

Para maior dificuldade é significativo o absentismo que continuamente se mantém ou sofrendo variação esta se revela sempre no sentido crescente. A idade média geral dos recursos humanos vinculados ao mapa de pessoal da ULSCB (47,5 anos) e a idade média mais elevada em alguns grupos profissionais: Assistente Operacional – 50,0 anos, Assistente Técnico – 52,6 anos, Enfermagem – 45,9 anos (sendo que do universo de enfermeiros 142 têm igual ou mais de 55 anos) Pessoal Médico – 45,0 anos, sendo que se não forem contabilizados os médicos do internato médico a idade sobe para os 50,8 anos, considerando que do total, 62 médicos têm igual ou mais de 55 anos e nestes a média é de 65,2 anos, o que representa uma instituição com um mapa de recursos humanos envelhecidos, particularmente preocupante a situação do pessoal médico.

Mapa comparativo de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB do 4º Trimestre de 2022/2023

SRH MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB 4º. TRIM												
Carreira/Categoria	TOTAL GERAL 2022			TOTAL GERAL 2023			TOTAL GERAL # 2022 / 2023			# 23 / 23		# 23 / 23
	outubro	novembro	dezembro	outubro	novembro	dezembro	outubro	novembro	dezembro	out/dez	nov/dez	
Conselho Administração	5	5	5	5	5	5	0	0	0	0	0	0
Administrador Hospitalar	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Méd. Especialistas	148	144	143	144	140	140	-4	-4	-3	-4	0	0
Méd. Grau Especialista	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Méd. IIM - Formação Especif.	44	43	41	42	42	39	-2	-1	-2	-3	-3	-3
Méd. IIM - Formação Geral	21	20	20	17	17	17	-4	-3	-3	0	0	0
Téc. Superior Saúde	18	16	16	16	16	16	0	0	0	0	0	0
Téc. Superior	36	35	36	33	34	34	-3	-1	-2	1	0	0
Enfermagem	538	537	537	529	529	530	-7	-8	-7	1	1	1
TSOT	100	103	103	104	104	106	4	1	3	2	2	2
Informática	10	10	10	10	11	11	0	1	1	1	0	0
Docente	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Assistente Técnico	181	185	184	189	188	187	8	3	3	-2	-1	-1
Assistente Operacional	351	345	342	348	346	342	-3	1	0	-6	-4	-4
TAL - Efetividade funções	1451	1446	1440	1440	1435	1430	-11	-11	-10	-10	-5	-5
Pessoal fora da ULSCB	16	14	14	19	18	18	4	4	4	-1	0	0
Pessoal Dentro de Out. Inst.	17	16	17	14	11	7	-3	-6	-10	-7	-4	-4
TOTAL GERAL ULSCB	1483	1476	1471	1473	1464	1455	-10	-12	-18	-18	-9	-9

Mapa comparativo mensal de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB de dezembro 2022 para janeiro de 2023 e dezembro do 4º Trimestre de 2023

SRH MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB TOTAL ANUAL 2023												
Carreira/Categoria	TOTAL GERAL 2023											
	dez/22	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov
Conselho Administração	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Administrador Hospitalar	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Méd. Especialistas	143	143	149	147	146	148	150	144	142	144	144	140
Méd. Grau Especialista	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Méd. IIM - Formação Especif.	41	49	45	45	44	43	42	42	42	42	42	39
Méd. IIM - Formação Geral	20	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17
Téc. Superior Saúde	16	16	16	17	17	17	17	17	17	16	16	16
Téc. Superior	36	35	33	34	33	33	33	33	33	33	34	34
Enfermagem	537	536	537	535	534	533	532	529	531	531	529	530
Téc. Diag. Terapêutica	103	103	102	103	103	103	102	102	103	104	104	106
Informática	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	11	11
Educadora Infantil	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Assistente Técnico	184	183	184	182	183	184	190	190	190	188	189	188
Assistente Operacional	342	342	343	343	345	346	343	343	351	348	348	346
TOTAL - Efetividade funções	1440	1442	1444	1441	1440	1442	1444	1435	1444	1441	1440	1435
Pessoal fora da ULSCB	14	14	14	15	15	15	15	17	17	19	19	18
Pessoal Dentro de Out. Inst.	17	17	18	17	17	17	16	15	14	14	14	11
TOTAL GERAL ULSCB	1454	1473	1476	1473	1472	1474	1475	1467	1475	1473	1473	1455

Conforme mapa seguinte identificado, em praticamente todos os grupos profissionais verifica-se uma assinalável taxa de absentismo que com o envelhecimento do mapa de pessoal tem propensão de subida, devido a todas as inerências que tal condição naturalmente impõe, determinando longos períodos de afastamento do serviço, ausências por licenças devido ao usufruto de direitos sociais e familiares, ausências por doença, aumento das situações de incapacidade parcial ou fixação de limitação para o trabalho, indicação para a realização de trabalhos moderados por avaliação do serviço de medicina do trabalho e, fruto de direitos consagrados nas respetivas carreiras, a existência de horários de trabalho com referência a carga horária semanal normal, representando na prática o cumprimento de carga horária mais reduzida.

Mapa 4º trimestre de 2023

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE																			
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS																			
(4º TRIMESTRE)																			
PESSOAL ACTIVO E EM EFETIVIDADE DE FUNÇÕES NA ULSCB EM 30.12.2023 - 1.437 trabalhadores																			
01.10.2023 a 31.12.2023 - Dias Úteis																			
GRUPOS PROFISSIONAIS	PESSOAL ACTIVO	Dias Trab. Obrigat.	CASAMEN TO (1)	PARENTAL D ADE (2)	FALECIM EN TO FAMILIAR (3)	DOENÇA (4)	ACCIDENTE TRABALH O (5)	ASSIST FAMILIAR (6)	TPAB ESTUDIAN TE (7)	RESERVA DE CONTINGÊN CIA (8)	GREVE (9)	JUSTIFICA DAS (10)	ACTI VIDADE (11)	COM GRATUITA / FORMAÇÃO (12)	OUTRAS (13)	TOTAIS DIAS AUSÊN CIA	Média Faltas		% TOTAL FALTAS ULSCB
																	MÉDIA DIAS CARRERA	MÉDIA S/ TOTAL TRAB. ULSCB	
Pessoal Médico (Inclui Interinos)	187	44719	14	368	17	126	0	23	1	0	131	0	0	480	105	1.287	6,53	0,90	21,35%
Técnico Superior de Saúde	16	3832	0	16	0	8	0	7	0	0	4	0	0	11	2	48	3,00	0,03	0,80%
Pessoal de Enfermagem	634	121218	18	999	73	791	20	115	33	0	129	0	12	143	55	2.388	4,47	1,88	39,81%
TSOT	107	24289	0	252	2	120	14	35	6	0	22	0	0	20	17	488	4,66	0,34	8,09%
Pessoal de Informática	11	2497	0	0	0	4	0	5	1	0	3	0	11	0	0	24	2,18	0,02	0,40%
Pessoal Docente	1	227	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1,00	0,01	0,02%
Pessoal Dirigente (Inclui Adm. Map.)	6	1362	0	0	5	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	2,66	0,01	0,25%
Assistente Técnico	188	42676	0	60	5	597	59	50	18	0	42	0	0	5	71	807	4,82	0,83	15,04%
Assistente Operacional	342	77634	0	0	16	391	0	27	11	0	98	39	14	1	46	841	1,87	0,45	10,83%
Técnico Superior (RG)	36	7946	0	60	5	126	0	25	0	0	3	0	0	7	4	230	6,67	0,16	3,81%
TOTAIS			32	1.776	123	2.176	93	287	70	0	431	39	37	687	308	8.829	4,20	4,20	100,00%
MÉDIA DIAS/TRAB. (**)	1437	326199	0,02	1,24	0,09	1,51	0,06	0,20	0,05	0,00	0,30	0,03	0,03	0,48	0,21	4,20			
Média % (127 dias de Trab. em 2023)		326199	0,81	0,64	0,04	0,87	0,33	0,09	0,02	0,00	0,13	0,01	0,01	0,28	0,09	1,86	Absentismo		

(*) Outras = Doação de sangue, Juri, Serv. oficiais, Cumprimento de obrigações, Mesas eleitorais, Compensação serviço de urgência, Covid 19, Exames Int. Médico, Dispensas s/ efeitos remuneratórios

(**) Não contabilizados os trabalhadores do mapa de pessoal que exercem funções fora da ULSCB

É possível constatar no mapa que o índice de absentismo no 4º. Trimestre de 2023 se situa no geral em 4,20 dias de ausência ao trabalho por cada trabalhador e que o total de ausências sobre os dias de trabalho obrigatórios representa um absentismo de 1,85%.

Mapa total ano de 2023

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE																			
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS																			
(ANO 2023)																			
PESSOAL ACTIVO E EM EFETIVIDADE DE FUNÇÕES NA ULSCB EM 31.12.2023 - 1.437 trabalhadores																			
01.01.2023 a 31.12.2023 - Dias Úteis																			
GRUPOS PROFISSIONAIS	PESSOAL ACTIVO	Dias Trab. Obrigat.	CASAMEN TO (1)	PARENTAL D ADE (2)	FALECIM EN TO FAMILIAR (3)	DOENÇA (4)	ACCIDENTE TRABALH O (5)	ASSIST FAMILIAR (6)	TRAB ESTUDIAN TE (7)	RESERVA DE CONTINGÊN CIA (8)	GREVE (9)	JUSTIFICA DAS (10)	ACTI VIDADE (11)	COM GRATUITA / FORMAÇÃO (12)	OUTRAS (13)	TOTAIS DIAS AUSÊN CIA (14)	Média Faltas Média s/ TOTAL TRAB. ULSCB	% s/ TOTAL FALTAS ULSCB	
Pessoal Médico (Incluí Interinos)	187	44719	66	2312	63	1166	4	117	19	0	448	0	0	2241	176	6581	33,41	4,58	24,45%
Técnico Superior de Saúde	16	3832	0	41	0	37	0	28	0	0	36	0	0	37	7	183	11,44	0,13	0,68%
Pessoal de Enfermagem	634	121218	97	3816	222	3767	20	664	213	0	678	0	19	382	189	10843	18,81	6,99	37,32%
TSOT	107	24289	10	885	22	614	15	226	63	0	78	0	0	74	38	1886	17,63	1,31	7,01%
Pessoal de Informática	11	2497	0	0	11	19	44	13	1	0	7	0	45	0	0	131	11,91	0,09	0,49%
Pessoal Docente	1	227	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	4	4,00	0,00	0,01%
Pessoal Dirigente (Incluí Adm. Map.)	6	1362	0	0	5	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22	3,67	0,02	0,08%
Assistente Técnico	188	42876	11	355	82	1860	268	297	68	0	125	0	5	6	223	3363	17,67	2,30	12,27%
Assistente Operacional	342	77634	0	313	126	3782	226	226	33	0	263	41	62	4	116	4093	11,96	2,85	15,20%
Técnico Superior (RG)	36	7946	0	221	7	337	0	66	0	0	12	0	0	16	19	867	19,06	0,46	2,48%
TOTAIS	1.437	326.199	174	7.923	638	16.480	877	1.642	384	0	1.619	41	121	2.739	773	28.911	18,73	18,73	100,00%
MÉDIA DIAS/TRAB. (*)			0,12	5,51	0,37	7,29	0,40	1,07	0,27	0,00	1,13	0,03	0,06	1,81	0,54	18,73			
Média % (227 dias de Trab. em 2023)		326.199	0,88	2,43	0,16	3,21	0,16	0,87	0,12	0,00	0,86	0,01	0,04	0,84	0,24	8,25	Absentismo		

(*) Outras = Doação de sangue, Juri, Serv. oficiais, Cumprimento de obrigações, Mesas eleitorais, Compensação serviço de urgência, Covid 19, Exames Int. Médico, Dispensas s/ efeitos remuneratórios

(**) Não contabilizados os trabalhadores do mapa de pessoal que exercem funções fora da ULSCB

No total do ano de 2023 verifica-se um absentismo de 18,73 dias de ausência ao trabalho por cada trabalhador e que o total de ausências sobre os dias de trabalho obrigatórios representa um absentismo de 8,25%.

IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso

- A dívida total a fornecedores externos e do Estado chegou aos 19,5 M€ no final deste exercício (contra os 26,3 M€ no final de 2022), diminuindo, portanto, 6,8 M€, com a dívida vincenda a corresponder a 7,3 M€ (10,2 M€ em 2022), o que equivale a 37,33% da dívida total, e a dívida vencida a representar 12,2 M€ (16,1 M€ no ano anterior), correspondendo aos restantes 62,67%. Quanto à dívida vencida, temos uma redução de 3,8 M€, diminuindo 2,8 M€ euros nos fornecedores externos e 1 M€ nas entidades do Estado. Quanto aos *arrears*, verifica-se uma redução de 392 mil€ e apenas respeitam a fornecedores do Estado.
- Ao longo do exercício o cenário esteve mais complicado, chegando a dívida em novembro aos 31 M€, após o pagamento do subsídio de Natal, e os *arrears* aos 18,5 M€. Apenas com o recebimento da verba já mencionada para cobertura de prejuízos foi possível fechar o ano com esta redução na dívida.
- No total da dívida vencida ao Estado e com uma antiguidade superior a 360 dias, uma parte significativa (77,11%) respeita a faturação da ARS do Centro, no montante de 5,6 M€, recebida e processada em finais de 2012 e início de 2013 e que se reporta a reembolsos relacionados com encargos com MCDT (4,6 M€) e vencimentos (1 M€) assumidos por essa entidade na fase de transição/criação da ULSCB, entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011. Parte desta dívida já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro (4,6 M€ respeitantes a MCDT), com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado cumprimento ao aludido despacho. Quanto às restantes, e no caso concreto das entidades pertencentes ao SNS, algumas dívidas estão a ser regularizadas no âmbito do programa *clearing house*.
- Quanto ao PMR (prazo médio de recebimento), diminuiu 31 dias face ao período homólogo (-56,43%), essencialmente devido ao aumento do volume de negócios (cresceu 11,5 M€) e à redução na conta de clientes (devido à regularização de verbas faturadas de Contratos-programa dos anos 2012 a 2016, no montante de 4,4M€).

Período: janeiro a dezembro

u.m. - euro

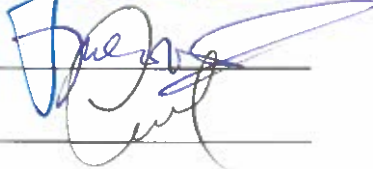
	2022	2023	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	26.327.379	19.532.643	-6.794.736	-25,81%
Dívida vincenda	10.274.056	7.292.108	-2.981.948	-29,02%
Dívida vencida	16.053.322	12.240.535	-3.812.787	-23,75%
Pagamentos em atraso	8.181.300	7.789.442	-391.858	-4,79%
PMP ponderado (dias)	214	117	-97	-45,33%
PMR (dias)	55	24	-31	-56,43%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- No final deste período foi possível verificar uma melhoria dos indicadores económico-financeiros face ao período homólogo, que se deveu à regularização de dívidas ocorrida em dezembro e ao aumento do financiamento ao nível do Contrato-programa.
- Não obstante esse aumento ainda substancial, continuou a existir uma desadequação entre gastos e rendimentos e, consequentemente, a dívida voltou a crescer ao longo do exercício, principalmente nos períodos coincidentes com o pagamento de subsídios e respetivos encargos/retenções onde a liquidez para pagamentos a fornecedores diminui consideravelmente.
- Logo, apenas será possível controlar a dívida com uma nova atualização do financiamento e uma contenção ao nível dos gastos, apesar de as situações mais críticas serem de difícil resolução no imediato, já que se prendem com remunerações pagas a colaboradores, bem como a prestadores de serviços médicos aos quais recorremos para manter diversos serviços em funcionamento.

Castelo Branco, 13 de setembro de 2024

O Conselho de Administração



Anexo I – Gastos e Perdas

u.m.: euro

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

31/12/2023

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	PROCESS. EM 31/12/2023 (2)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (2)-(1)	VARIAÇÃO RELATIVA (2)/(1)	EXECUÇÃO (2) / (1) em %
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CON.S.:					
61241	Produtos farmacêuticos	9.760.000	8.436.255	-1.323.745	-13,56%	86,44%
612411	Medicamentos	8.150.000	6.947.062	-1.202.938	-14,76%	85,24%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1.610.000	1.489.193	-120.807	-7,50%	92,50%
61242	Material de consumo clínico	3.200.000	3.832.031	632.031	19,75%	119,75%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	920	797	-123	-13,40%	86,60%
61243	Material consumo hoteleiro	100.000	106.526	6.526	6,53%	106,53%
61244	Material consumo administrativo	114.000	103.547	-10.453	-9,17%	90,83%
61245	Material manutenção/conservação	100.000	121.760	21.760	21,76%	121,76%
61249	Outro material de consumo	0	0	0	0,00%	0,00%
	Total da conta 61	13.274.920	12.600.915	-674.005	-5,08%	94,92%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:					
621	Subcontratos e concessões de serviços	11.761.141	12.397.084	635.943	5,41%	105,41%
62111	Meios complementares diagnóstico	5.206.800	5.667.869	461.069	8,86%	108,86%
62112	Meios complementares terapêutica	5.489.000	6.020.358	531.358	9,68%	109,68%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	41	0	-41	-100,00%	0,00%
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	11.800	45.596	33.796	286,40%	386,40%
62115	Internamentos	749.000	318.087	-430.913	-57,53%	42,47%
62116	Contratos e Acordos	0	0	0		
62119	Outros subcontratos	304.500	345.174	40.674	13,36%	113,36%
622	Serviços especializados	9.700.000	12.858.478	3.158.478	32,56%	132,56%
623	Materiais de consumo	73.000	41.449	-31.551	-43,22%	56,78%
624	Energia e fluidos	2.250.000	2.015.316	-234.684	-10,43%	89,57%
625	Deslocações, estadas e transportes	2.880.700	3.639.361	758.661	26,34%	126,34%
626	Serviços diversos	1.299.000	1.345.479	46.479	3,58%	103,58%
	Total da conta 62	27.963.841	32.297.167	4.333.326	15,50%	115,50%
63	GASTOS COM O PESSOAL					
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	405.687	394.026	-11.661	-2,87%	97,13%
632	Remunerações do pessoal	43.471.739	44.497.747	1.026.008	2,36%	102,36%
6321	Remunerações certas e permanentes	34.389.726	33.792.465	-597.261	-1,74%	98,26%
63211	Remuneração base	27.249.473	27.265.280	15.807	0,06%	100,06%
63212	Subsídio de férias	2.900.000	2.412.453	-487.547	-16,81%	83,19%
63213	Subsídio de Natal	2.530.000	2.269.913	-260.087	-10,28%	89,72%
63215	Subsídio de refeição	1.487.887	1.810.725	322.838	21,70%	121,70%
6321xx	Outros	222.366	34.094	-188.272	-84,67%	15,33%
6322	Abonos variáveis e eventuais	9.082.013	10.705.282	1.623.269	17,87%	117,87%
632204	Trabalho extraordinário	5.405.544	5.327.123	-78.421	-1,45%	98,55%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1.994.529	2.140.887	146.358	7,34%	107,34%
6322xxx	Outros	1.681.940	3.237.272	1.555.332	92,47%	192,47%
633	Benefícios pós-emprego	1.252	1.558	306	24,43%	124,43%
634	Indemnizações	358	773	415	115,96%	215,96%
635	Encargos sobre remunerações	10.180.000	10.161.180	-18.820	-0,18%	99,82%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	205.000	193.452	-11.548	-5,63%	94,37%
637	Gastos de ação social	0	2.763	2.763		
638	Outros gastos com pessoal	26.716	36.312	9.596	35,92%	135,92%
639	Outros encargos sociais	180.000	223.725	43.725	24,29%	124,29%
	Total da conta 63	54.470.752	55.511.535	1.040.783	1,91%	101,91%
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0		
64	Gastos de depreciação e de amortização	2.048.893	2.825.621	776.728	37,91%	137,91%
65	Perdas por imparidade	100.000	345.675	245.675	245,68%	345,68%
67	Provisões do período	50.000	390.726	340.726	681,45%	781,45%
68	Outros gastos e perdas	517.490	1.210.034	692.544	133,83%	233,83%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	28.065	87.270	59.205	210,96%	310,96%
	TOTAL GERAL	98.453.961	105.268.944	6.814.983	6,92%	106,92%

Anexo II – Variação Gastos e Perdas

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

31/12/2023

Código	Designação	PROCESS. EM 31/12/2022 (1)	PROCESS. EM 31/12/2023 (2)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (2)-(1)	VARIAÇÃO RELATIVA (2)/(1)
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:				
61241	Produtos farmacêuticos	8.203.798	8.436.255	232.457	2,83%
612411	Medicamentos	6.614.946	6.947.062	332.115	5,02%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1.588.852	1.489.193	-99.659	-6,27%
61242	Material de consumo clínico	3.200.350	3.832.031	631.681	19,74%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	1.043	797	-247	-23,64%
61243	Material consumo hoteleiro	105.745	106.526	780	0,74%
61244	Material consumo administrativo	115.223	103.547	-11.675	-10,13%
61245	Material manutenção/conservação	97.978	121.760	23.782	24,27%
61249	Outro material de consumo	0	0	0	
	Total da conta 61	11.724.137	12.600.915	876.778	7,48%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
621	Subcontratos e concessões de serviços	12.145.799	12.397.084	251.285	2,07%
62111	Meios complementares diagnóstico	5.459.602	5.667.869	208.267	3,81%
62112	Meios complementares terapêutica	5.912.980	6.020.358	107.378	1,82%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	0	0	0	
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	13.955	45.596	31.641	226,74%
62115	Internamentos	504.840	318.087	-186.753	-36,99%
62116	Contratos e Acordos	0	0	0	
62119	Outros subcontratos	254.423	345.174	90.751	35,67%
622	Serviços especializados	9.660.993	12.858.478	3.197.486	33,10%
623	Materiais de consumo	51.675	41.449	-10.226	-19,79%
624	Energia e fluidos	2.227.233	2.015.316	-211.917	-9,51%
625	Deslocações, estadas e transportes	3.353.104	3.639.361	286.257	8,54%
626	Serviços diversos	1.299.793	1.345.479	45.686	3,51%
	Total da conta 62	28.738.597	32.297.167	3.558.570	12,38%
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	413.212	394.026	-19.186	-4,64%
632	Remunerações do pessoal	42.355.548	44.497.747	2.142.199	5,06%
6321	Remunerações certas e permanentes	32.800.612	33.792.465	991.854	3,02%
63211	Remuneração base	26.513.246	27.265.280	752.035	2,84%
63212	Subsídio de férias	2.355.338	2.412.453	57.115	2,42%
63213	Subsídio de Natal	2.226.585	2.269.913	43.328	1,95%
63215	Subsídio de refeição	1.485.276	1.810.725	325.449	21,91%
6321xx	Outros	220.166	34.094	-186.072	-84,51%
6322	Abonos variáveis e eventuais	9.554.937	10.705.282	1.150.345	12,04%
632204	Trabalho extraordinário	5.580.911	5.327.123	-253.788	-4,55%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	2.010.609	2.140.887	130.277	6,48%
6322xxx	Outros	1.963.417	3.237.272	1.273.855	64,88%
633	Benefícios pós-emprego	1.403	1.558	155	11,01%
634	Indemnizações	1.375	773	-602	-43,79%
635	Encargos sobre remunerações	9.779.657	10.161.180	381.523	3,90%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	206.135	193.452	-12.684	-6,15%
637	Gastos de ação social	0	2.763	2.763	
638	Outros gastos com pessoal	24.279	36.312	12.033	49,56%
639	Outros encargos sociais	203.170	223.725	20.556	10,12%
	Total da conta 63	52.984.780	55.511.535	2.526.755	4,77%
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	
64	Gastos de depreciação e de amortização	2.127.844	2.825.621	697.777	32,79%
65	Perdas por imparidade	306.093	345.675	39.582	12,93%
67	Provisões do período	0	390.726	390.726	
68	Outros gastos e perdas	681.515	1.210.034	528.519	77,55%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	62.173	87.270	25.098	40,37%
	TOTAL GERAL	96.625.139	105.268.944	8.643.805	8,95%

Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

31/12/2023

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	PROCESS. EM 31/12/2023(2)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (2)-(1)	VARIAÇÃO RELATIVA (2)/(1)	EXECUÇÃO (2)/(1) em %
70	Impostos, contribuições e taxas					
704108	Taxas moderadoras	497.242	441.132	-56.110	-11,28%	88,72%
7041xx	Outras taxas	40.000	24.937	-15.064	-37,66%	62,34%
	Total da conta 70	537.242	466.068	-71.174	-13,25%	86,75%
71	Vendas	0	0	0	0	0,00
72	Prestações de serviços e concessões					
7201164	Incentivos institucionais	9.301.481	8.780.597	-520.884	-5,60%	0,00%
7201165	Valor capitacional (ULS)	82.732.460	82.416.212	-316.248	-0,38%	99,62%
7201168	Intemos	980.866	980.865	-1	0,00%	100,00%
	Subtotal Contrato-programa	93.014.807	92.177.674	-837.133	-0,90%	99,10%
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	200.000	302.950	102.950	51,48%	151,48%
72013	Outras entidades responsáveis	413.998	658.996	244.998	59,18%	159,18%
	Total da conta 72	93.628.805	93.139.620	-489.185	-0,52%	99,48%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	110.769	211.925	101.156	91,32%	191,32%
76	Reversões	241.826	388.741	146.915	60,75%	160,75%
78	Outros rendimentos e ganhos	555.103	727.999	172.896	31,15%	131,15%
79	Juros, dividendos e out. rend. similares	0	3	3	0,00%	0,00%
	TOTAL GERAL:	95.073.745	94.934.357	-139.388	-0,15%	99,85%

Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

31/12/2023

Código	Designação	PROCESS. EM 31/12/2022 (1)	PROCESS. EM 31/12/2023 (2)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (2)-(1)	VARIAÇÃO RELATIVA (2)/(1)
70	Impostos, contribuições e taxas				
704108	Taxas moderadoras	636.230	441.132	-195.099	-30,66%
7041xx	Outras taxas	35.397	24.937	-10.460	-29,55%
	Total da conta 70	671.627	466.068	-205.559	-30,61%
71	Vendas	0	0	0	
72	Prestações de serviços e concessões				
7201164	Incentivos institucionais	7.659.340	8.780.597	1.121.257	14,64%
7201165	Valor capitacional (ULS)	71.804.362	82.416.212	10.611.850	14,78%
7201168	Internos	943.140	980.865	37.725	4,00%
	Subtotal Contrato-programa	80.406.842	92.177.674	11.770.831	14,64%
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	314.418	302.950	-11.468	-3,65%
72013	Outras entidades responsáveis	668.917	658.996	-9.921	-1,48%
	Total da conta 72	81.390.178	93.139.620	11.749.442	14,44%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	106.944	211.925	104.981	98,16%
76	Reversões	205.073	388.741	183.668	89,56%
78	Outros rendimentos e ganhos	754.915	727.999	-26.916	-3,57%
79	Juros, dividendos e out. rend. similares	0	3	3	
	TOTAL GERAL:	83.128.737	94.934.357	11.805.620	14,20%